

Mas, ao mesmo tempo, ele não era um comprador, um consumidor de produtos oriundos de outros setores da economia, sobretudo do setor industrial, senão em modesta escala. Isso não foi problema enquanto o Brasil exportava produtos agrícolas, como café e açúcar, e importava da Europa e dos Estados Unidos produtos industrializados. Passou a ser problema com a industrialização do país, a partir do final do século passado, e a óbvia necessidade de mercados de consumo por parte da indústria. A rigor, a necessidade de expansão do mercado interno para a indústria deveria ter colocado os industriais a favor da reforma agrária contra os grandes proprietários de terra. Mas, a burguesia industrial brasileira nunca foi politicamente participante e vigorosa e nunca teve uma consciência de classe que a tornasse protagonista decisiva dos destinos do país. Sobretudo, a contradição histórica entre a terra e o capital nunca tomou corpo e visibilidade num conflito de interesses entre os grandes proprietários e os industriais.

Entre as velhas elites e as novas elites estabeleceu-se uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós. Em troca recebiam favores fiscais, subsídios e incentivos, favores econômicos variados das próprias oligarquias de base rural. Entre nós, nunca se configurou como na Europa e, de certo modo, como nos Estados Unidos, um conflito histórico significativo entre os industriais e os grandes proprietários de terra que tornasse inadiáveis as reformas sociais e políticas, em especial a reforma agrária, que transformassem o país num país moderno. A nossa modernização tem um estilo próprio: ocorre intensamente na área econômica, inclusive no campo, sem significativas repercussões no âmbito social

e, sobretudo, político. Esse é, ainda hoje, penso, o nosso impasse histórico.

A partir dos anos cinqüenta, aproximadamente, começa a haver uma espécie de revolução tecnológica no campo. O próprio governo começa a estimular, através de financiamentos subsidiados do Banco do Brasil, dos bancos oficiais em geral e dos bancos particulares, a modernização tecnológica com a mecanização das grandes fazendas; começa a estimular a substituição dos cafezais velhos e deficitários de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, por outros cultivos ou por pastagens. Foi o chamado programa de erradicação do café, que se completou no começo dos anos sessenta. Tratava-se de cafezais antigos, de baixa produtividade e de cafés de má qualidade e pouca aceitação no mercado. A idéia era reduzir as áreas de plantio e promover a produção de cafés finos que tivessem boa cotação no mercado internacional.

Com isso, começava-se a expulsar, das fazendas de café, os colonos residentes. Terminava, assim, o regime de colonato que nascera com o fim do tráfico de escravos e que durara cerca de setenta anos. Na área da cana-de-açúcar, no Nordeste, houve uma coisa mais ou menos parecida. Ali não houve uma mudança tecnológica significativa, mas houve a expulsão dos moradores das fazendas como uma forma de recuperar as terras que os trabalhadores usavam para produzir seus próprios alimentos. Os proprietários passaram a dar um destino diretamente rentável a essas terras. Surgem, então, os chamados "clandestinos", os bóias-frias de lá, os moradores de ponta de rua, os expulsos das fazendas de cana. Pouco tempo depois, nos anos sessenta, na Amazônia, começa a expulsão de posseiros e seringueiros, que ganha grande intensidade e violência nos anos setenta e oitenta e vem até hoje.

Por diferentes razões e causas, no Brasil inteiro, os últimos cinqüenta anos têm sido anos de mudanças na